



ATO DECLARATÓRIO CVM Nº 40 ,DE 26 DE JULHO DE 1979

O Colegiado da COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 27 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, resolveu nesta data, autorizar o "BANCO ITAÚ S/A." (C.G.C. - M.F. nº 60.701.190/0001-04) , sediado na capital do Estado de São Paulo, a manter serviço de agente emissor de certificados.


Geraldo Hess

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO



ATO DECLARATÓRIO CVM Nº 41 ,DE 26 DE JULHO DE 1979

O Colegiado da COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 34 § 2º da Lei nº 6.404, de 15.12.76, resolveu nesta data, autorizar o "BANCO ITAÚ S/A." (C.G.C.- M.F. nº 60.701.190/0001-04), sediado na capital do Estado de São Paulo, a manter serviços de ações escriturais.

Geraldo Hess
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

ATOS DECLARATÓRIOS DE 26 DE JULHO DE 1979

O Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 27 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, resolveu nesta data:

Nº 40 autorizar o «Banco Itaú S/A.» (C.G.C. — M.F. nº 60.701.190/0001-04), sediado na capital do Estado de São Paulo, a manter serviço de agente emissor de certificados.

Nº 40 Autorizar o «Banco Itaú S/A.» (C.G.C. — M.F. 60.701.190/0001-04), sediado na capital do Estado de São Paulo, a manter serviços de ações escriturais. — *Geraldo Hess, Presidente em Exercício*

ATOS DECLARATÓRIOS DE 27 DE JULHO DE 1979.

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM nº 04, de 30 de abril de 1979 e tendo em vista o disposto no item VIII das Normas anexas à Instrução CVM nº 04, de 24 de outubro de 1978, declara registrados na Comissão de Valores Mobiliários, com a nova denominação social e autorizados a exercer a atividade de auditoria independente no mercado de valores mobiliários, de acordo com as Leis nºs 6.385/76 e 6.404/76, os Auditores Independentes Pessoa Jurídica, referidos a seguir:

Nº 42

Nova Denominação

Almeo-Contadores e Auditores Independentes S/C — Recife — PE

Loudon Blomquist — Auditores Independentes — Rio de Janeiro — RJ

Revisora Nacional — Auditores Independentes S/C — São Paulo — SP

Mário Rocha Auditores Associados — Rio de Janeiro — RJ

Anterior Denominação

Almeo — Contadores e Auditores Independentes S/C Ltda. — Recife — PE

Loudon Blomquist — Auditores — Associados Ltda. — Rio de Janeiro — RJ

Revisora Nacional — Auditores — Independentes S/C Ltda. — São Paulo — SP

Mário Rocha Auditores Associados — S/C Ltda. — Rio de Janeiro — RJ

Nº 43

Auditores Independentes — Pessoa Física
Edi Rosa Fontana — Porto Alegre — RS
Edmam Feliciano Coimbra — São Paulo — SP

Gustavo Almeida Nunes Leite — Rio de Janeiro — RJ

Mário Gracioso Dourado — Rio de Janeiro — RJ

Paschoal Anania — São Paulo — SP

Auditores Independentes — Pessoa Jurídica

A. Campos & Cia. S/C Auditores Independentes — Aracaju — SE

Melo & Dutra — Auditores e Contadores Sociedade Civil — Rio de Janeiro — *Alvaro Ayres Couto*

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

Diretoria de Planejamento

PORTARIA Nº 96 DE 24 DE JULHO DE 1979

O Diretor de Planejamento, usando de competência delegada, consoante o disposto na Portaria nº 1.236, de 8 de julho de 1971, resolve:

Aprovar — Projeto de Engenharia — Rodovia BR. 487/PR — trecho Umuarama — Pontal do Tigre — Processo DNER nº 18.550/77 — *Francisco Mattos de Brito Pereira*

PORTARIAS Nº 25 DE JULHO DE 1979

O Diretor de Planejamento, usando de competência delegada, consoante o disposto na Portaria nº 1.236, de 8 de julho de 1971, resolve:

Nº 97 Aprovar — O projeto da Variante do Baixo Guandu relativo ao lote 2 da Rodovia BR. 259/ES, trecho Resplendor (MG) — Colatina (ES) entre as estacas 4002+5, 14 e 4382+4,21 variante) — estaca 4338+14,04 (projeto) — Processo DNER nº 24.994/79

Nº 98 — Aprovar — O projeto da ponte sobre o rio Gurupi — Rodovia BR. 316, trecho Divisa entre os Estados do Pará e Maranhão — Processo DNER nº 37.314/78

Nº 99 — Aprovar — Projeto de Obras de Arte Especiais — Rodovia BR. 373/PR, tre-

cho Coronel Vivida — Barracão. — do Processo DNER nº 27.240/73

Nº 100 — Aprovar — O projeto do Viaduto duplo da Serra Del Rey anexo ao lote 77/2 do projeto de Enga. da Rodovia BR. 040/MG, trecho Belo Horizonte-Entr. BR. 356. — Processo DNER nº 25.082/79

Nº 101 — Aprovar — os projetos de obras de arte especiais dos lotes 77/2 e 77/3 integrantes do Projeto de Enga. da Rodovia BR. 040/MG, trecho Belo Horizonte — Entr. BR. — 356 (Lote 7 — Edital 177/75). — Processo DNER nº 23.384/79 — *Francisco Mattos de Brito Pereira*

Nº 102 — Aprovar — o projeto de modificação da linha A do Anel Rodoviário de Belo Horizonte — no, trecho BR. 040/MG — Avenida Amazonas. — Processo DNER nº 34.906/78 — *Francisco Mattos de Brito Pereira*

PORTARIA Nº 103 DE 26 DE JULHO DE 1979

O Diretor de Planejamento, usando de competência delegada, consoante o disposto na Portaria nº 1.236, de 8 de julho de 1971, resolve:

Aprovar — o projeto de engenharia para melhoramentos e restauração da Rodovia BR. 262/MT, trecho Subtrecho Campo Grande-Terenos — Processo DNER nº 480.091/73 — *Francisco Mattos de Brito Pereira*

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DA MARINHA MERCANTE

RESOLUÇÃO Nº 6071

Averbação de Aumento de Capital Social

A Superintendência Nacional da Marinha Mercante, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 73.838, de 13 de março de 1974, resolve:

Averbar nos termos do Art. 4º § 1º do Decreto nº 62.383, de 11.03.1968, à margem do

registro de autorização de funcionamento como empresa de navegação interior de porto, o aumento de capital social da Navegação São Miguel Ltda., sediada na cidade do Rio de Janeiro (RJ), de Cr\$ 7.000.000,00 para Cr\$ 14.000.000,00, conforme alteração contratual verificada em 29.01.1979 (Proc. N.º 79/14925).

Rio de Janeiro 31 de julho de 1979 — *João Carlos Palhares dos Santos, Superintendente*

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO ABASTECIMENTO

PORTARIA Nº 384, DE 06 DE AGOSTO DE 1979

O Superintendente da Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB), no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º — Revogar a Portaria SUNAB nº 458, de 24-11-78.

Art. 2º — A presente Portaria entrará em vigor a partir desta data. — *Glauco Carvalho*

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA — INCRA

PORTARIA Nº 700, DE 31 DE JULHO DE 1979

O Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, no uso das atribuições que lhe confere a letra c do artigo 25, do Decreto nº 68.153, de 1º de fevereiro de 1971,

Considerando os pareceres favoráveis emitidos pelos setores competentes da CR-08, no Processo INCRA/CR-08/nº 9.347/74, referentes ao Projeto de loteamento para fins de Núcleo Urbano, a ser implantado em um imóvel cadastrado sob o código 620.033.006.920/2, localizado no Município de Divinolândia no Estado de São Paulo;

Considerando que foram cumpridas as exigências contidas na legislação que dispõe sobre a matéria — Decreto nº 69.428/66 e Instrução nº 17-a/77;

Considerando, especialmente, o parecer do Diretor do Departamento de Projetos e Operações — DP, emitido através do Relatório INCRA/DP/nº 114 de 18 de julho de 1979, resolve:

I — Aprovar o projeto de Loteamento denominado «Vila Grespan», com 64 lotes, para fins de Núcleo Urbano, a ser executado no imóvel denominado «Sítio Três Barras», com área de 03,7658 hectares, cadastrado sob o código 620.033.006.920/2 localizado no Município de Divinolândia, Estado de São Paulo de propriedade de Marílio Grespan nos termos do Formal de Partilha datado de 29 de janeiro de 1968, registrado sob a Transcrição nº 29.229, Livro 3-X, datada de 25 de julho de 1968 e Averbação nº 1, datada de 26 de setembro de 1978, no Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de São José do Rio Pardo, no Estado de São Paulo, que abrangerá a área de 03,7658 hectares, não observando-se remanescente com as seguintes ressalvas:

a) A execução do projeto obedecerá ao disposto na Lei nº 4.771/65 — Código Florestal;

b) O projeto, para poder ser executado, terá que ser inscrito no Registro Geral de Imóveis, na forma e para os efeitos do Decreto-Lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937 e legislação complementar;

II — Determinar ao Departamento de Cadastro e Tributação que proceda à regularização cadastral do imóvel, tendo em vista o projeto ora aprovado. — *Paulo Yokota, Presidente*

PORTARIA Nº 701, DE 31 DE JULHO DE 1979

O Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, no uso das atribuições que lhe confere a letra c do artigo 25, do Decreto nº 68.153, de 1º de fevereiro de 1971,

Considerando os pareceres favoráveis emitidos pelos setores competentes da CR-08, no Processo INCRA/CR-08/nº 646/79, referentes ao Projeto de loteamento para fins de Sítios de Recreio, a ser implantado em um imóvel cadastrado sob o código 637.033.316.059/9, localizado no Município de Ibiuna no Estado de São Paulo;

Considerando que foram cumpridas as exigências contidas na legislação que dispõe sobre a matéria — Decreto nº 59.428/66 e Instrução nº 17-a/77;

Considerando, especialmente, o parecer do Diretor do Departamento de Projetos e Operações — DP, emitido através do Relatório INCRA/DP/nº 112 de 18 de julho de 1979, resolve:

I — Aprovar o projeto de Loteamento denominado «Chácara Sete Lagos», com 98 lotes, para fins de Sítios de Recreio, a ser executado no imóvel denominado «Fazenda

Sete Lagos», com área de 98,8642 hectares, cadastrado sob o código 637.033.316.059/9 localizado no Município de Ibiuna, Estado de São Paulo de propriedade de Agrícola e Imobiliária Terra Preta S/C Ltda. nos termos da Escritura Pública de Conferência de Bens datada de 28 de setembro de 1978, registrada sob a Matrícula R.3/1.175, Livro 2 — Registro Geral, Ficha 463, datada de 10 de outubro de 1978 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ibiuna, no Estado de São Paulo, que abrangerá a área de 98,8642 hectares, não observando-se remanescente, com as seguintes ressalvas:

a) A execução do projeto obedecerá ao disposto na Lei nº 4.771/65 — Código Florestal;

b) O projeto, para poder ser executado, terá que ser inscrito no Registro Geral de Imóveis, na forma e para os efeitos do Decreto-Lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937 e legislação complementar;

II — Determinar ao Departamento de Cadastro e Tributação que proceda à regularização cadastral do imóvel, tendo em vista o projeto ora aprovado. — *Paulo Yokota, Presidente*

PORTARIA Nº 702, DE 31 DE JULHO DE 1979

O Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, no uso das atribuições que lhe confere a letra c do artigo 25, do Decreto nº 68.153, de 1º de fevereiro de 1971,

Considerando os pareceres favoráveis emitidos pelos setores competentes da CR-08, no Processo INCRA/CR-08/nº 1817/79, referentes ao Projeto de loteamento para fins de Sítios de Recreio, a ser implantado em um imóvel cadastrado sob o Código 614.025.000.680/0 localizado no Município de Batatais no Estado de São Paulo;

Considerando que foram cumpridas as exigências contidas na legislação que dispõe sobre a matéria — Decreto nº 59.428/66 e Instrução nº 17-a/77;

Considerando, especialmente, o parecer do Diretor do Departamento de Projetos e Operações — DP, emitido através do Relatório INCRA/DP/nº 113 de 18 de julho de 1979, resolve:

I — Aprovar o projeto de Loteamento denominado «Cachoeira dos Cayapós», com 38 lotes, para fins de Sítios de Recreio, a ser executado no imóvel denominado «Sítio Santa Terezinha», com área de 57,8930 hectares, cadastrado sob o código 614.025.000.680/0 localizado no Município de Batatais, Estado de São Paulo de propriedade de Cayapós Empreendimento Imobiliário Ltda. nos termos da Escritura Pública de Constituição de Sociedade Civil datada de 29 de dezembro de 1978, registrada sob a Matrícula R-8-916, Livro nº 2 Registro Geral, Ficha nº 2, datada de 19 de janeiro de 1979 no Cartório de Registro de Imóveis e anexos em Geral da Comarca de Batatais, no Estado de São Paulo, que abrangerá a área de 31,3002 hectares, observando-se um remanescente de 26,5928 hectares, com as seguintes ressalvas:

a) A execução do projeto obedecerá ao disposto na Lei nº 4.771/65 — Código Florestal;

b) O projeto, para poder ser executado, terá que ser inscrito no Registro Geral de Imóveis, na forma e para os efeitos do Decreto-Lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937 e legislação complementar;

II — Determinar ao Departamento de Cadastro e Tributação que proceda à regularização cadastral do imóvel, tendo em vista o projeto ora aprovado. — *Paulo Yokota, Presidente*